

O REMEMBRAMENTO DOS MINIFÚNDIOS NO RIO GRANDE DO SUL E A COLONIZAÇÃO EM MATO GROSSO

João Carlos Barrozo¹

End. eletrônico: jcbarrozo@uol.com.br

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) - BRASIL

Resumo: Na década de 1950 a maior parte da população brasileira vivia no campo, numa situação de pobreza material e cultural. Os trabalhadores das grandes propriedades, sem direitos trabalhistas, sofriam exploração extrema. Neste período os trabalhadores e camponeses começaram a se organizar em associações. Em alguns lugares surgiram conflitos por direitos trabalhistas e pela posse da terra. No final dos anos 50 e início de 60, eclodiram revoltas no campo em Capanema, em Formoso, Porecatu, as Ligas Camponesas. Em 1964 o governo promulgou o Estatuto da Terra, que propunha eliminar o latifúndio improdutivo e lembrar os minifúndios. Esta medida atingiu os colonos minifundiários do Sul provocando uma grande migração para os projetos de colonização em Mato Grosso e Rondônia. Com estas medidas o governo procurava viabilizar a modernização da agricultura no Sul, e a ocupação das áreas de fronteira na Amazônia, através da colonização, que se contrapôs à Reforma Agrária.

Palavras-chave: Crise agrária e agrícola; Migração; Colonização.

Abstract: In the 50's the majority of the Brazilian population used to live in the countryside, facing a material and cultural poverty situation. The large properties' laborers, with no labors' rights, underwent to an extreme exploitation. In this period the laborers and peasants began to gather themselves together, creating unions. In some places conflicts arose due to labors' rights and land hold. By the end of the 50's and during the 60's, many farmland rebellions hatched in Capanema, Fomoso, Porecatu, Ligas Camponesas. In 1964, countering the agrarian elite, the government announced the "Estatuto da Terra", propounded to vanish the unproductive estates and join small landholdings. This measurement affected the small landholding settlers from the South causing a great migration to colonization programs Amazonia. Therefore the modernization of the agriculture in the South was enabled, and the occupation in large areas on Amazonia's borders.

Key words: Agricultural and agrarian crisis; migration; colonization.

Introdução:

Nas décadas de 1960 e 1970 a Amazônia brasileira era considerada um "vazio demográfico" pelo governo brasileiro. O Rio Grande do sul tinha milhares de famílias de agricultores familiares ("colonos") vivendo em minifúndios, insuficientes para a sua reprodução. Para modernizar a agricultura, e para o ocupar a Amazônia, o Governo fez

¹ Dr. em Sociologia, professor do Programa de Pós-Graduação em História da UFMT, Coordenador e pesquisador do NERU (Núcleo de Estudos Rurais) da UFMT.

um programa para reagrupar (*lembrar*) os minifúndios no Sul, levando os agricultores excedentes para projetos de colonização na Amazônia.

Objetivos: averiguar como se deu este processo, em um período em que o Brasil era governado por militares, autoritários, os quais tomavam decisões importantes para a nação sem consultar o Congresso nem a população. Proponho analisar os resultados deste programa na ótica dos agricultores atingidos pelas políticas de colonização pública.

Resultados: A análise da pesquisa empírica, documental e bibliográfica mostra que o governo atuou favorecendo expansão das empresas capitalistas na Amazônia, sobretudo as colonizadoras privadas, causando grande sofrimento e perdas materiais e sociais para os agricultores inseridos neste programa, e a modernização da agricultura no Sul, em benefício dos agricultores médios e grandes.

Marco teórico: Governo e capitalismo autoritário, expansão do capitalismo no campo, expropriação dos agricultores familiares. (Prado Jr., 1979; Ianni, 1977; Cardoso, F.H. e Müller, G., 1977; Santos, 1993; Castro et alii, 2002).

Metodologia, análise e discussão dos dados: Foi feita uma empírica em projetos de colonização em Mato Grosso, utilizando técnicas quantitativas (dados oficiais do IBGE) e qualitativas (entrevistas e formulários) (Castro et alii, 2002).

Pesquisa bibliográfica, sobretudo relativa aos problemas agrários e agrícolas no RS (Schwantes, Santos, Rückert e outros).

A situação do Campo no Brasil e RS nas décadas de 1950 e seguintes

Na década de 1950 o principal problema do campo no Brasil era a concentração fundiária e as condições de vida da população rural que constituía a maior parte da população brasileira. Esta população vivia em situação de pobreza e atraso material e cultural. As pequenas propriedades representavam 85% do número de estabelecimentos, ocupando apenas 17% da área total apropriada. As grandes propriedades eram 9% do total de estabelecimentos, ocupando 75% da área total apropriada (Prado Jr, 1979).

O morador dos engenhos e usinas, os trabalhadores dos cafezais de São Paulo, das fazendas de gado, os moradores, meeiros, vaqueiros não tinham carteira assinada, não tinham salário nem os direitos trabalhistas. Havia diferentes formas de arrendamento e parceria da terra (Idem, ibidem).

Nas áreas de colonização no Sul a pequena propriedade com mão de obra familiar, produzia para o autoconsumo vendendo o excedente.

O agravamento dos problemas agrários e agrícolas, gerou descontentamento e injustiças sociais, desencadeando vários conflitos no campo, relacionados com o problema da terra na década de 1950 (Prado Jr., op.cit.).

A Crise Agrária e Agrícola no Rio Grande do Sul

As grandes propriedades na fronteira do Rio Grande do Sul se constituíram pela posse de grandes extensões de terras devolutas, ocupadas pelos indígenas, caboclos, ervateiros e produtores de familiares (Rückert, 1997, p. 57).

Na década de 1940, quando as terras das colônias de imigrantes do Rio Grande do Sul se tornaram insuficientes, pelas divisões, e esgotamento do solo, os colonos migraram para o Alto Uruguai, onde ocuparam áreas ainda não ocupadas (Rückert op.cit. p. 122)²

Mas havia poucas terras livres, porque grande parte das terras já tinham sido apropriadas pelos grandes proprietários, sobretudo as áreas de mata, loteadas pelas colonizadoras privadas para vender para os colonos. (Rückert, op.cit.)

Nesse processo os índios, foram reunidos nos “toldos” no Alto Uruguai, e os caboclos, foram excluídos do processo de ocupação das terras no Rio Grande do Sul.³

Uma parte dos colonos sem-terra migrou para Santa Catarina, ocupando terras devolutas, ao longo da ferrovia e da faixa de fronteira.

No início do século XX, as colônias de Caxias enviaram pela primeira vez produtos agrícolas produzidos pelos colonos, para a cidade de São Paulo, a mil quilômetros de distância, graças à estrada de ferro (Waibel, 1979).

Na década de 1960 as áreas ocupadas pelos agricultores nas novas colônias, tinham sido reduzidas a minifúndios, devido ao fracionamento por herança. A estrutura fundiária do Alto Uruguai, como sucedera nas “colônias velhas”, se caracterizava pelo minifúndio e pela produção para o autoconsumo, com baixa produtividade, descapitalização, e com percentual elevado de agricultores sem-terra.

Diante da falta de terras, houve nova migração de agricultores sem-terra e sem capital, para o sudoeste do Paraná, e para o sul de Mato Grosso. Uma parte permaneceu no Sul, ocupando terras dos toldos indígenas em alguns municípios do Alto Uruguai.⁴

Na década de 1970, os indígenas Kaingangue e Guarani expulsaram os colonos que ocupavam suas terras. Parte destes colonos expulsos acampou na Encruzilhada

² As colônias velhas com imigrantes alemães, no Rio Grande do Sul situavam-se nos vales dos rios dos Sinos, Jacuí e Taquari. As colônias velhas ocupadas por imigrantes italianos situavam-se nas encostas e em cima da serra: Campo dos Bugres, Garibaldi, Bento Gonçalves, Farroupilha, Carlos Barbosa.

³ “Toldos” são as reservas indígenas criadas pelo Governo no Estado do Rio Grande do Sul

⁴ Os todos situavam-se nos municípios de Nonoai, Cacique Doble, Tenente Portela e Guarita.

Natalino (Marcon, 1997). Outro grupo de colonos expulsos ocupou galpões do Parque de Exposições de próximo a Porto Alegre. O governo Estadual e o INCRA pressionaram os acampados para convencê-los a migrar para Mato Grosso, porque precisavam do espaço para realizar a exposição agropecuária.⁵ O desfecho se daria com a transferência de parte dos acampados para o norte de Mato Grosso.

Em 1963 o presidente João Goulart promulgou o Estatuto do Trabalhador Rural, atendendo a uma reivindicação dos trabalhadores.⁶ Os grandes proprietários de terras reagiram à promulgação do E.T.R., expulsando muitos trabalhadores de suas fazendas para fugir dos encargos trabalhistas.

Logo após o golpe de Estado (1964), o presidente Castelo Branco promulgou O Estatuto da Terra, propondo a redução dos latifúndios improdutivos, e a eliminação do minifúndio, considerado incompatível com a modernização agrícola. A modernização do minifúndio seria feita com o remembramento dos lotes, e conseqüente migração dos agricultores excedentes para os projetos de colonização na Amazônia. O Estatuto da Terra se contrapunha à Reforma Agrária reivindicada pelos camponeses e militantes da esquerda antes de 1964.

As Revoltas Camponesas

A luta dos agricultores pobres para manter sua autonomia deu origem ao movimento dos camponeses, parceiros, moradores contra a expropriação pelo latifúndio.

Nas décadas de 1950 e 1960 houve várias revoltas de camponeses: em Capanema, e Porecatu no Paraná, em Trombas e Formoso, no estado de Goiás. Neste mesmo período o Movimento pela Reforma Agrária adquiriu força e expressão política, apoiado pelos governadores Leonel Brizola e Miguel Arraes.

Os trabalhadores rurais e agricultores sem-terra começaram a se mobilizar nas décadas de 1950 e 1960, período de grandes mudanças estruturais no Brasil. Naquele período, muitos proprietários expulsaram os posseiros, moradores, colonos, ou agravaram suas condições de trabalho, gerando forte descontentamento (Montenegro, 2003).

A seguir destacamos algumas das Revoltas Camponesas mais relevantes ocorridas no Brasil na década de 1950.

⁵ A pressão era feita através de visitas de agentes públicos. No acampamento da Encruzilhada Natalino a pressão mais incisiva foi exercida pelo major Curió, membro do Conselho de Segurança Nacional.

⁶ Estatuto do Trabalhador Rural lei 4914, de 2/3/1963.

As Ligas Camponesas

O embrião das Ligas Camponesas foi a ocupação do Engenho Galileia por um grupo de agricultores em Pernambuco. (Azevedo 1982, p. 64, apud Montenegro, 2003, p. 253).

A mobilização dos trabalhadores rurais se alastrou em Pernambuco, com apoio jurídico de intelectuais e políticos. (Idem, ibidem). A partir de então os proprietários rurais teriam que negociar com os trabalhadores (Idem, p. 254; Bastos, 1984). As Ligas Camponesas exerceram grande impacto nos engenhos e usinas do Nordeste, onde as relações sociais de produção eram extremamente conservadoras. Após o golpe de Estado (1964) as Ligas foram dissolvidas, seus líderes foram presos, exilados e alguns “desapareceram”.

A **ULTAB** (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) foi fundada por Lyndolfo Silva, em S.P. em 1954, com participação de militantes do PCB. O objetivo da ULTAB era organizar os pequenos e médios produtores agrícolas e os empregados rurais em defesa de seus interesses e direitos. Após o golpe de 1964, a ULTAB foi considerada como uma organização com fins subversivos (Cunha, 2004).

O MASTER (Movimento dos Agricultores sem Terra)

Este movimento foi criado no início de 1960 por posseiros que resistiram à expulsão de suas terras em Encruzilhada do Sul, no RS. Este movimento reivindicava reformas econômicas e sociais. O MASTER, em manifesto sobre a estrutura fundiária, considerava o latifúndio como um entrave ao desenvolvimento da agricultura, propondo que a terra pertencesse a quem nela trabalhasse. As propostas do MASTER eram abrangentes, destacando o crédito agrícola, o voto dos analfabetos a Reforma Agrária através da desapropriação de latifúndios (Tedesco, 2014).

O Conflito de Capanema

O sudoeste do PR foi ocupado por caboclos do Rio Grande do Sul, acossados pela migração europeia, por refugiados do Contestado, refugiados políticos e fugitivos. Havia também argentinos e paraguaios à procura da erva mate (Correa, 1970).⁷

Une lente pénétration s'effectuant d'est en ouest a été entamée par les excédents de population des fazendas de bétail s'enforçant dans la forêt, les caboclos du Rio Grande dos Sul chassés par les migrations européennes ou encore des réfugiés de la Guerre du Contestado, achevée en 1916, des réfugiés politique ou des repris de justice. Un autre courant d'occupation est venu de l'ouest, formé d'Argentins ou de Paraguayens à la recherche de plants d'erva-mate [...].

⁷ CORREA (1970) apud LE BORGNE-DAVID, Anne. Les Migrations Paysannes du Sud-Brésil vers L'Amazonie. Le salariat plutôt que la malaria. Paris, L'Harmattan, 1998, p. 35.

Até a chegada dos migrantes de origem europeia, considerados como “pioneiros”, o Sudoeste do Paraná era considerado um “vazio demográfico”. A historiografia desconhecia a presença dos caboclos naquele espaço (Mota, 1994).

Na década de 1940, colonos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina começam a reocupar o Sudoeste do Paraná, instalando serrarias, que deram origem aos primeiros povoados e vilas daquela região. Os caboclos perderam as posses, tornando-se trabalhadores a serviço dos “pioneiros”, os novos ocupantes (Correa, 1970 apud Le Borgne-David, op.cit. p. 37).

A instalação da CANGO em 1943, projeto de colonização inserido na “Marcha para o Oeste”, é considerado como o marco de ocupação “oficial” do Sudoeste do Paraná. Seu objetivo era fixar naquela região agricultores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, onde a terra já havia se esgotado. (Roche, 1969, p. 358) O problema é que a Empresa colonizadora CITLA, considerava-se com direito sobre a mesma área, onde instalou uma colonização privada. Como os colonos não receberam o título de propriedade da terra, houve uma disputa pela posse da terra a qual desencadeou, em 1957, o conflito envolvendo posseiros, jagunços, a polícia militar e o governo estadual. O conflito durou vários meses, ocasionando prisões e mortes.

Mas, graças à organização e resistência dos posseiros, eles conseguiram a titulação das posses. O Governo federal desapropriou uma área de 545 mil hectares de terras em litígio (1961). A partir de 1962 o governo realizou uma reforma agrária naquela região, concedendo 40 mil títulos de propriedade (Correa, op.cit.).

A Revolta de Porecatu

No final da década de 1950 havia em Porecatu, no noroeste do Paraná, muitos posseiros ocupando terras do município. O governo estadual resolveu fazer uma redistribuição das terras ocupadas pelos posseiros através de sorteio. Os ocupantes não aceitaram perder as terras ocupadas, resistindo aos mandatos de reintegração de posse (Silva, 1996). Diante da resistência dos posseiros, o governo estadual enviou forças policiais para desalojá-los. Apesar da resistência dos posseiros, apoiados pelo PCB, eles foram vencidos pelas tropas do governo estadual. O resultado do conflito foi desastroso para os posseiros.

A Revolta de Trombas e Formoso

A região de Trombas, no vale do Araguaia, em Goiás, foi ocupada a partir do início da década de 1950 por posseiros. O conflito entre os posseiros e os grileiros chamou

a atenção do PCB que apoiou os posseiros com militantes, organizando a resistência armada. Em 1955 foi fundada a União dos Lavradores de Formoso.

Com o agravamento do conflito, o governo de Goiás enviou tropas para desalojar os posseiros de Trombas. Os posseiros organizados e armados venceram as tropas da polícia militar. A Associação dos Lavradores assumiu o governo do território. Em 1962 o líder José Porfírio foi eleito Deputado Estadual. Mas o envio de tropas da polícia, com apoio dos fazendeiros, venceu a resistência dos posseiros. O líder do movimento José Porfírio e os outros líderes foram presos. Logo depois de libertado, José Porfírio desapareceu. Seu corpo nunca foi encontrado (Rosa, 2007).⁸

A Política de Reocupação da Amazônia

A partir de 1968 o governo federal desenvolveu uma política de reocupação da Amazônia. O INCRA foi encarregado da execução dos projetos de colonização, para o assentamento de agricultores sem-terra ou com pouca terra.

Para viabilizar os projetos agropecuários, madeireiros e minerais na Amazônia o governo criou a SUDAM, que aprovava os projetos autorizando o financiamento público, subsídios e incentivos fiscais (Ianni, 1979; Cardoso & Müller, 1977).

A partir de 1970 o INCRA implantou vários Projetos de Colonização na Amazônia. A magnitude dos projetos, o desconhecimento da região, a falta de infraestrutura levou ao fracasso de muitos projetos de colonização.

A política do governo federal para atrair as grandes empresas privadas para a Amazônia, generalizou as disputas e conflitos pela posse e uso da terra entre índios, posseiros, grileiros, e empresários (Ianni, 1979, p. 95).

A partir de 1972 as empresas de colonização privadas foram autorizadas a atuar na Amazônia. Estas empresas buscaram o “colono ideal” nas áreas de minifúndio no Rio Grande do Sul. O governo e as empresas supunham que a transferência de milhares de agricultores para a Amazônia reduziria as tensões sociais nas áreas de colonização mais antigas, com o remembramento dos lotes e a consequente modernização agrícola (Ianni, op.cit. p. 98).

Esta política de colonização

[...] concretiza a articulação entre os interesses da grande empresa privada e o poder público, de modo a conduzir a resolução da questão da terra de acordo com o princípio da propriedade privada e segundo as exigências de um crescimento

⁸ CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. **A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas**. Goiânia: Editora da UFGO, 1988.

extensivo do capitalismo em áreas de terras devolutas, tribais, ou ocupadas por posseiros [...] (idem, p. 98).

Programa Fundiário da Amazônia, apresentado em 1975, propunha a discriminação de 50 milhões de hectares de terras na Amazônia, destinando 10 mil unidades para a produção familiar e 11 mil unidades para empresas agropecuárias médias. O INCRA previa a instalação de 36 mil empresas familiares.

Cada família transferida para a Amazônia possibilitaria o remembramento de um minifúndio no sul do Brasil (Ianni, op.cit. p. 101). Na década de 1970 foram transferidas para os projetos de colonização na Amazônia 19.035 famílias (95.375 pessoas).⁹

A colonização dirigida na Amazônia

Ianni (op. cit., p. 103) considera que a colonização “[...] não é apenas uma contra reforma agrária nessa região, mas uma contra reforma agrária [...] também em outras regiões”.

Para não distribuir nem redistribuir as terras em nenhuma região de “tensão social”, o Estado realizou uma modesta “redistribuição” de terras devolutas, tribais ou ocupadas em algumas áreas da Amazônia.

A Colonização em terras públicas na Amazônia, denominada Reforma Agrária pelo governo, abortou a reforma agrária proposta pelos camponeses e pelos movimentos sociais nas décadas de 1950 e 1960. A Colonização em terras públicas na Amazônia foi uma “contra-reforma-agrária”. O Estatuto da Terra propunha uma tímida reforma agrária. Contudo a aplicação do Estatuto da Terra só foi discutida 20 anos depois, com o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) (Idem, ibidem).

A COTRIJUI foi uma das primeiras “cooperativas de colonização” a implantar um projeto de colonização em Altamira, no Pará, para assentar “agricultores gaúchos” com experiência no uso de máquinas e insumos agrícolas. (Ianni, op.cit. p.103).

Este projeto mostra “[...] o grau de articulação entre a colonização dirigida [...] na Amazônia e o problema do minifúndio no Rio Grande do Sul” (Idem, ibidem)

A estrutura fundiária do Rio Grande do Sul, se caracterizava pela predominância dos minifúndios. Para sanar este problema, o governo propôs “[...] aumentar o tamanho das unidades de produção; modificar ou adequar as atividades culturais às pequenas extensões e inovações tecnológicas”.

⁹ Fonte INCRA, DPC apud Hélio de Arruda. Colonização no Brasil.

Para a COTRIJUI o minifúndio se tornara um entrave ao desenvolvimento agrícola. A COTRIJUI propôs transferir para a Amazônia 2.000 famílias de agricultores associados à cooperativa no RS. Poderiam migrar para a Amazônia os agricultores que possuíam um lote com área inferior a 36 hectares, área mínima para a lavoura mecanizada. A Cooperativa exigia que os candidatos a migrar vendessem o lote para o vizinho, possibilitando o remembramento fundiário.

Na concepção do governo federal, a migração dos agricultores do Sul para a Amazônia resolveria os problemas fundiários no Rio Grande do Sul, possibilitando a modernização da agricultura. Na Amazônia os agricultores ocupariam os “espaços vazios”, e produziram para o mercado.

A seguir faremos uma análise sumária de alguns municípios do Rio Grande do Sul onde a crise se agravou a partir da década de 1960, e o local de destino dos agricultores.

A crise dos associados da COTREL no Rio Grande do Sul

Os associados da COTREL (Cooperativa Triticola de Erechim Limitada) eram agricultores familiares, produtores de alimentos e criadores de suínos e aves. O maior problema dos associados era a insuficiência de terra e de financiamento (Castro et al, 2002).

Para solucionar os problemas dos associados, a COTREL se associou ao INCRA, para transferir considerou a possibilidade de transferir parte dos associados para o projeto de Colonização Peixoto de Azevedo, em Mato Grosso.

O Projeto de Colonização (PAC) Peixoto de Azevedo em Mato Grosso

O projeto tinha como meta assentar 1.600 famílias de minifundiários da COTREL, além de 240 famílias de desalojados pela usina de Passo Real; legalizar 120 famílias de posseiros da área do projeto. Em contrapartida remembraria os minifúndios dos associados que migrassem para Mato Grosso.

Cada família receberia um lote de 100 hectares, (50 hectares para agricultura e 50 de reserva florestal em condomínio), e um sítio próximo ao núcleo urbano (Idem, op.cit. p. 96). A administração do Projeto foi instalada na agrovila, onde havia energia elétrica produzida por gerador, comércio, cooperativa de consumo, escritórios, serraria, igreja, escola. O INCRA construiria a infraestrutura, constituída por estradas, serraria, armazém, posto de saúde, escolas, igreja e a liberação dos recursos financeiros. A COTREL seria responsável pela seleção dos colonos, a administração e execução do Projeto.

A descoberta de ouro em alguns lotes dentro do projeto de colonização provocou mudanças radicais. Para muitos colonos, o garimpo funcionou como um banco para financiar a agricultura e para comprar gado e terra. Outros faliram, perdendo tudo.

Das primeiras 100 famílias assentadas até 1981, em torno de 50% retornaram para o Sul, devido às doenças, dificuldades para derrubar a floresta, a ausência de infraestrutura, a perda da produção, dificuldades de adaptação.

Para enfrentar as dificuldades iniciais, muitos colonos se obrigaram a vender sua força de trabalho, temporariamente, para a COTREL, trabalhando nas construções, na serraria, na abertura de estradas, e os filhos no escritório da empresa.

A crise agrária e agrícola em Tenente Portela

Os moradores de Tenente Portela eram predominantemente de origem germânica. Além dos colonos, havia no município a reserva indígena de Guarita, habitada pelos Kaingangue e Guarani. Na década de 1960, depois de anos de ocupação, a maior parte dos lotes de Tenente Portela havia se reduzido a minifúndios. As terras eram acidentadas, dificultando a mecanização, e estavam esgotadas. Os colonos estavam empobrecidos. A área indígena estava ocupada por colonos, com autorização do chefe do SPI, supostamente através de suborno.

Ao chegar em Tenente Portela (1959), onde foi trabalhar como pastor, diante da situação socioeconômica dos colonos, Schwantes fez um projeto para melhorar a situação dos agricultores utilizando técnicas agrícolas mais modernas. Em parceria com o agrônomo Roewer executou um projeto de remembramento fundiário (lotes de 25 ha.) em Tenente Portela, e de migração do “excedente populacional”. (Schwantes, 1989).

Schwantes convenceu um grupo de 480 famílias de agricultores de Tenente Portela a migrar para Altamira. Segundo Schwantes (op.cit.) havia a estimativa que cerca de dois mil agricultores teriam que migrar para possibilitar o remembramento dos lotes em Tenente Portela. Para assentar os colonos “excedentes”, Schwantes e Roewer foram procurar terras em Mato Grosso.

CANARANA: “portão de escape” para os colonos de Tenente Portela.¹⁰

Em 1971 Schwantes formou a “Cooperativa de Colonização 31 de Março” (COOPERCOL) com 400 associados, com o objetivo de desenvolver um projeto de colonização em Mato Grosso, no Município de Barra do Garças, onde a cooperativa

¹⁰ A concepção de “portão de escape” é utilizada por Turner, que considerava a migração para a “fronteira” no oeste norte americano como solução, esvaziando os problemas e tensões das colônias velhas da costa leste.

comprou uma área de 200 mil hectares para revender os lotes para os colonos de Tenente Portela. Os colonos que não tinham condições financeiras para comprar a terra, poderiam fazer um financiamento do PROTERRA.¹¹

Em setembro de 1972 as primeiras 12 famílias de Tenente Portela chegaram à área do Projeto, que seria denominado de Canarana. Este projeto foi aprovado pelo INCRA em 1975.

A precariedade da estrada BR 158, entre Barra do Garças e Canarana, foi o maior problema que os colonos de Canarana enfrentaram. No período das chuvas a estrada se tornava intransitável. Os bueiros e pontes de madeira precários, ou inexistentes, dificultavam o trânsito, pondo em perigo pessoas e cargas.

Depois que o projeto de colonização de Canarana foi aprovado pelo INCRA, foram emitidas as escrituras dos lotes, e a liberação de crédito pelo Banco do Brasil, possibilitando a compra de máquinas agrícolas, e a abertura de áreas maiores para mecanizar (Schwantes, op.cit. p. 122-123).

Da Encruzilhada (do) Natalino (RS) para Terra Nova (MT)

Em 1978 os indígenas de Nonoai e de Guarita expulsaram em torno de 2.500 famílias de agricultores que ocupavam terras das reservas indígenas. Os agricultores expulsos montaram um grande acampamento na Encruzilhada Natalino e outro no parque de exposições de Esteio. Para “solucionar” o problema dos acampados, o Ministro do Interior “convidou” a Coopercana para executar o projeto de colonização em Terra Nova, para assentar os agricultores expulsos das reservas indígenas.

O projeto de colonização Terra Nova foi aprovado com urgência pelo Presidente da República, e executado de imediato. O INCRA delimitou a área para o projeto de colonização em Terra Nova, e o 9º BEC abriu as primeiras estradas, fazendo a terraplanagem da área destinada para a agrovila. (Schwantes, op.cit, p.154)

Quando as primeiras famílias chegaram em Terra Nova, tudo ainda estava sendo executado: abertura das estradas, ruas, montagem das casas, abertura dos lotes. O projeto de Terra Nova está localizado no norte de MT, à margem da rodovia (BR-163) Cuiabá-Santarém, sobrepondo-se ao território dos Krenakarore, na bacia do rio Peixoto de Azevedo.

¹¹ O PROTERRA financiava 80% do valor da terra, para pagar em 12 anos com juros de 7% ao ano.

A COOPERCANA em parceria com o INCRA executou o projeto de colonização de Terra Nova, assentando os agricultores expulsos pelos índios Kaingangue dos toldos de Nonoai e Cacique Doble, no RS.

A COOPERCANA prometeu aos colonos assentados em Terra Nova lotes de 200 hectares, financiados em 15 anos, crédito, casas de madeira, estradas, escolas, hospitais.

A propaganda produziu uma opinião favorável à colonização na Amazônia, influenciando a decisão de muitos colonos, que aceitaram a proposta de transferência, principalmente os agricultores expulsos das reservas indígenas.

Entre 1978 e 1980 foram transferidas 1.060 famílias (5.300 pessoas) para Terra Nova (Santos, J.V.Tavares, 1993, p. 128).

Os primeiros anos foram de penúria, gerando desconfiança e descrédito em relação à Cooperativa. Muitos colonos voltaram para o Sul.

A descoberta do ouro mudou os rumos do projeto. Muitos colonos foram atraídos pelo garimpo, abandonando os lotes. Parte dos colonos, que se tornaram garimpeiros, usou o dinheiro do garimpo para pagar dívidas e comprar equipamentos e máquinas, possibilitando a mecanização da “lavoura branca” (milho, arroz, mandioca, feijão) e das “culturas permanentes”, (café e seringueira). (Santos, J.V. Tavares, op. cit., p. 136).

O Banco do Brasil concedia o crédito, condicionado ao uso de sementes selecionadas, a determinadas culturas, e à assistência técnica oficial. As dívidas, acrescidas de juros, criaram uma subordinação dos colonos em relação ao Banco do Brasil. Os juros altos e safras ruins levaram alguns colonos à inadimplência, e ao abandono dos lotes, retornando para o Sul. O retorno foi possível devido à rede familiar e de vizinhança que permaneceu no local de origem. Os colonos que permaneceram em Terra Nova, juntamente com a Cooperativa e as agências públicas desenvolveram uma imagem negativa (“estigma”) a respeito dos colonos que retornaram para o Sul. (Santos, J.V. Tavares, op.cit. p. 143).

Considerações Finais

A Reforma Agrária proposta pelos camponeses, sindicatos e partidos de esquerda nas décadas de 50 e 60 foi sepultada pelo golpe de estado de 1964. A solução executada pelo governo militar para a crise agrária e agrícola no Rio Grande do Sul nas décadas de 60 e 70, foi o remembramento dos minifúndios no Rio Grande do Sul, e a colonização na Amazônia.

Para muitos camponeses, a única saída foi migrar para não se proletarizar. Parte deles melhorou a situação socioeconômica. Mas muitos retornaram para o sul, onde

tiveram que reconstruir suas vidas. Para o INCRA e para a colonizadora, os que retornaram foram estigmatizados como fracassados. Os que permaneceram são considerados trabalhadores, corajosos, vitoriosos.

BIBLIOGRAFIA

BASTOS, Élide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.

CASTRO, Sueli P.; BARROZO, João C., et alii. **A Colonização Oficial em Mato Grosso. A nata e a borra da sociedade**. Cuiabá: EDUFMT, 2002.

CARDOSO, Fernando & MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: Expansão do Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. **A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas**. Goiânia: Editora da UFGO, 1988.

CORREA, Roberto Lobato. O Sudoeste Paranaense antes da colonização. Revista Brasileira de Geografia. Ano 32, nº 1, jan. /mar., 1970

CUNHA, Paulo Ribeiro da (Org.). **O Camponês e a história: a construção da ULTAB e a fundação da CONTAG nas memórias de Lyndolfo Silva**. São Paulo: IPSO, 2004.

LE BORGNE-DAVID, Anne. **Les Migrations Paysannes du Sud-Brásil vers L'Amazonie**. Le salariat plutôt que la malaria. Paris: L'Harmattan, 1988.

MARCON, Telmo. **Acampamento Natalino**. História da Luta pela Reforma Agrária. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In Ferreira, Jorge e Delgado, Lucila A. **O Brasil Republicano**. O Tempo da Experiência democrática. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

MOTA, Lúcio Tadeu. A construção do "Vazio Demográfico" e a retirada da presença indígena da história social do Paraná. In: **Revista de Pós-Graduação de História**. Vol. 2, Assis, São Paulo, UNESP, 1994.

PRADO Jr. Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

ROSA, Alessandra Dias de Souza. *A Revolta Camponesa de Trombas e Formoso e a Trajetória do Líder José Porfírio*. 2007. Monografia História, UNEMAT, 2007.

RÜCKERT, Aldomar. **A Trajetória da Terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul, 1827/1931**. Passo Fundo: Editora da UPF, 1997.

SANTOS, José Vicente T. dos. **Matuchos**: Exclusão e Luta. Do Sul para a Amazônia. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

SCHWANTES, Norberto. **Uma Cruz em Terra Nova**. São Paulo: Scritta Oficina, 1989.

SILVA, Joaquim Carvalho da. **Terra Roxa de Sangue** - A Guerra de Porecatu. Londrina: Editora UEL, 1996.

TEDESCO, J.C. **Conflitos Agrários no Norte Gaúcho**: indígenas, negros e agricultores. ANPUH/RS, 2014.

WAIBEL, Léo. **As Zonas Pioneiras do Brasil**. Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil. 2. Ed., Rio de Janeiro: FIBGE, 1979.